

**PIBID EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA:
DISCUSSÕES SOBRE O TRABALHO DO EDUCADOR ESPECIAL E SEUS
EFEITOS NAS PRÁTICAS ESCOLARES**

Eliana Meneze

Denise Medina Fidler

Dailani Drescher

Áurea Alves

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais relativos as experiências vivenciadas por uma equipe de sete bolsistas, dois professores coordenadores e um professor supervisor do PIBID Educação Especial/UFSM no contexto de uma escola pública da rede municipal de ensino de Santa Maria e, tem a intenção de discutir a intensificação da presença do educador especial na referida escola e seus efeitos nas práticas escolares desenvolvidas na perspectiva da educação inclusiva. Os dados trabalhados foram coletados a partir das observações e registros feitos pela equipe do projeto em seus diários de campo, e suas análises feitas sobre uma abordagem qualitativa de pesquisa. Após um ano do início de sua realização, é possível avaliar que a presença das sete bolsistas PIBID Educação Especial no contexto da escola pode favorecer significativamente a efetivação de práticas escolares que garantam a maior interação entre os alunos da educação especial e os demais sujeitos da escola, configurando assim práticas mais inclusivas, mas ela por si só não é garantia de efetivação dessas práticas. Faz-se preciso que a escola e todos os sujeitos que nela atuem fortaleçam as ações de articulação entre as ações desenvolvidas, para que possam assim produzir práticas produtivas para o contexto educacional atual.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. PIBID. Articulação.

1 Contextualizações iniciais sobre o PIBID Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria.

O PIBID é um Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que tem como propósito oportunizar a experiência de iniciação à docência dos alunos da graduação em licenciatura, criando vínculos entre a instituição e a rede pública de ensino, do município de Santa Maria/RS. A Universidade Federal de Santa Maria/RS, vem participando deste projeto desde o ano de 2008, contando atualmente com a participação de dezessete (17)

licenciaturas e 408 alunos da graduação. Em 2014 os cursos de licenciatura em Educação Especial – Diurno e Noturno passaram a participar do programa, tendo início as suas práticas no mês de abril.

Tendo em vista a intencionalidade do Programa e as especificidades das práticas em educação especial no contexto educacional atual, o PIBID/Educação Especial/UFSM foi estruturado a partir de três ações principais, todas com foco na efetivação da educação inclusiva aos alunos público alvo da educação especial matriculados em escolas da rede pública. Tais ações preveem: a realização de práticas de ensino colaborativo entre professor e bolsista PIBID; a realização de atendimento individualizado de alunos nas salas de recursos multifuncionais e, a produção de materiais pedagógicos que possam ser utilizados tanto no contexto da sala de aula, quanto no contexto da sala de recursos.

Para a maior abrangência dos efeitos na realização das ações planejadas, o PIBID/Educação Especial/UFSM vêm desenvolvendo suas atividades em três escolas da rede pública de Santa Maria/RS, duas da rede municipal de ensino e uma da rede estadual. O acompanhamento e realização das atividades nas escolas é realizado por uma equipe que envolve um coordenador geral, seis professores do Departamento de Educação Especial/UFSM, três professores, com formação em Educação Especial, que atuam na rede regular de ensino nas escolas foco do projeto, e vinte e dois alunos dos cursos de graduação em Educação Especial (noturno e diurno) da UFSM.

A materialidade utilizada para a construção das análises apresentadas neste texto resultam das ações desenvolvidas por bolsistas, professor orientador e professor supervisor que constituem a equipe que atua na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A referida escola está localizada no bairro da zona norte na cidade de Santa Maria. Em 1958 a escola surge através de uma congregação religiosa mantida até 08 de março de 1968, passando a fazer parte da rede municipal de educação através de decreto governamental, sendo chamada de Grupo Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Atualmente a escola possui aproximadamente 410 alunos matriculados do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, considerando o funcionamento dos anos iniciais no turno da tarde e os anos finais no turno da manhã, perfazendo um total de 17 turmas na escola e 28 professores. A escola possui equipe diretiva composta por direção, vice direção, vice direção de turno, supervisão escolar anos finais e supervisão escolar anos iniciais, orientação educacional e educação especial. Conforme a legislação do Ministério da Educação (MEC) para o trabalho docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a escola garantiu uma sala de

recursos multifuncional onde são atendidos cerca de doze alunos em situação de inclusão escolar no turno inverso da sala regular.

O objetivo do trabalho da educação especial na escola vem ao encontro das ações do trabalho desenvolvido pelo PIBID/Educação Especial/ UFSM, e busca refletir sobre novos encaminhamentos metodológicos que possibilitem trabalhar e potencializar as diferentes habilidades dos alunos que estão apresentando dificuldades na construção de seu do processo de aprendizagem.

Nesse contexto escolar, a inserção semanal das sete bolsistas acadêmicas da UFSM na escola têm produzido dados que são registrados em seus diários de campo e semanalmente discutidos na UFSM. Questões relativas a necessidade de ampliação na qualidade das interações que os alunos considerados em situação de inclusão escolar estabelecem com seus colegas; aumento de sua participação nas atividades que são propostas pelos professores e estabelecimento de colaboração entre educação especial e ensino regular no contexto da escola têm aparecido como centrais nas discussões realizadas pela equipe. Parece não haver dúvida que tais fatores podem se constituir como potencializadores de práticas escolares inclusivas, sendo inclusive considerados condição para sua efetivação. Tais questões passarão agora a ser discutidas com maior ênfase, constituindo a continuidade do presente texto.

2 Intensificando a presença da educação especial na escola: efeitos e possibilidades para a efetivação de práticas na perspectiva da inclusão escolar.

Oficialmente as orientações legais relativas a necessidade de implementação de um sistema educacional inclusivo no país podem ser localizadas no final da década de 90 do século passado, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96.

Artigo 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A partir desse documento e de suas orientações e diretrizes, reconfigurações significativas foram produzidas nas práticas da educação especial ao longo da primeira década do século XXI. No entanto, com a apresentação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007), a Resolução n.04/2009 (2009), o Decreto n. 7.611/2011

(2011), entre outros, as perspectivas construídas até então se modificam. Entre as mudanças mais significativas citamos: a instituição da obrigatoriedade da matrícula nas escolas regulares, antes considerada preferencial ao público-alvo da educação especial; a multifuncionalidade das salas de recursos, anteriormente aberta para um grupo específico de alunos e a não substituição do ensino regular pela educação especial, agora com o caráter de complementar e suplementar a escolarização no ensino comum.

Tais mudanças além de reconfigurarem as condições de acesso dos alunos da educação especial a escola regular, reorganizam a atuação da educação especial nesse espaço. Segundo Baptista (2011), a Resolução 04/2009 do CNE/CEB indica que é de responsabilidade e competência dos professores que “atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE” a elaboração e execução do “plano do AEE”, em articulação com os demais professores do ensino regular. Considerando tal orientação, e entendendo que a atuação do professor de educação especial, nesse atual contexto educacional, quando não fica restrita ao espaço da sala de recursos pode potencializar as aprendizagens dos alunos de forma significativa, propomos no âmbito do PIBID/Educação Especial ações de colaboração entre professores das turmas regulares e bolsistas. Entendemos que tais ações de colaboração se tornam especialmente potentes em função da presença das sete bolsistas, que intensificam a presença da educação especial na escola, proliferando as possibilidades de articulação entre ensino comum e educação especial, antes postas em operação *apenas* pelo educador especial da escola.

A consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto n. 6571/2008 e Resolução n. 4/2009) nos permite acessar redefinições sobre o conceito de educação especial, público alvo e organização das práticas escolares desenvolvidas. Em seu atual conceito a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

É instituída a sala de recursos multifuncional como local para que os alunos em situação de inclusão escolar possam usufruir deste espaço no período do contra turno da sua aula regular na escola conforme as determinações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a). Acreditamos que tal espaço e forma de atendimento (individualizado) não podem ser compreendidos como garantia e justificativa para a presença do professor de educação especial na escola, assim como não nos parece

produtivo para as práticas que se desejam inclusivas que tal profissional e tais atendimentos sejam tomados como aqueles que por si só poderão garantir a construção das aprendizagens dos alunos compreendidos como alunos em situação de inclusão escolar.

Com a necessidade de tecer trocas e diálogos entre docentes envolvidos com a questão pedagógica nas escolas, o grupo de trabalho PIBID/Educação Especial/ UFSM, busca a significação do seu trabalho na escola a partir de um olhar que não esteja alicerçado na concepção clínica que historicamente tem embasado as ações da educação especial nas práticas educacionais. Referimo-nos aqui a possibilidade de colocar em operação ações da educação especial que ultrapassem o contexto da sala de recursos e que proponham a reconfiguração das práticas escolas de forma geral. Busca-se potencializar uma abordagem colaborativa no processo ensino aprendizagem entre professores da sala regular de ensino e professor de educação especial. Busca-se especialmente produzir na escola espaços de discussão centrados nos alunos localizados como alunos em processo de inclusão escolar, percebendo-os como alunos da escola e não como alunos da educação especial e/ou de alguns professores em específico.

Tal concepção encontra obstáculos que, entre outros aspectos, podem ser localizados na formação do professor (da sala regular e da educação especial), pois essa formação muitas vezes, não é feita tendo em vista essa forma colaborativa de estruturação das práticas. Temos ainda concepções paralelas de atuação desses profissionais embasando as concepções nos cursos de formação, ainda que o contexto educacional atual indique a necessidade de superação desse olhar dicotômico.

Nesse sentido, acreditamos que a escola contemporânea necessite urgentemente de uma nova abordagem, com uma alternativa de mais colaboração entre os professores de ensino regular e professores da educação especial. Pensemos em um planejamento individualizado com adequações que venham corroborar o seu crescimento no processo desenvolvendo da sua aprendizagem, mas com uma abordagem coletiva, facilitando as trocas de saberes entre seus pares.

Correia (2008) auxilia na reflexão sobre a escola contemporânea.

(...) as escolas são lugares onde os professores trabalham sozinhos, de costas voltadas para seus colegas e demais profissionais de educação. Nesse contexto, não tem oportunidade de trocar ideias que possam relacionar-se com inovações educacionais que estejam a ocorrer ou com as estratégias de ensino que tenham notado eficazes, nem beneficiam dos contactos que poderiam ter com outros profissionais de educação e país. Geralmente, parece ser o executivo da escola que determina como ela deve ser administrada e organizada (p. 46).

Assim, ao finalizar a presente discussão ressaltamos que o grupo de trabalho PIBID/Educação Especial/UFSM, busca em suas ações possibilitar uma aproximação maior entre os professores da sala regular e professor da educação especial, experimentando esse novo olhar através da reflexão e o desacomodar dos profissionais da escola em relação ao trabalho que vem sendo realizado nas salas de recursos multifuncional. Sendo então alavancadas possibilidades de trabalho em conjunto, para aprimorar a prática docente e a formação continuada dos professores em benefício de todos os alunos em especial, ao público alvo da educação especial. Dessa forma, acreditamos que a presença das sete bolsistas PIBID Educação Especial no contexto da escola pode favorecer significativamente a efetivação de práticas escolares que garantam a maior interação entre os alunos da educação especial e os demais sujeitos da escola, configurando assim práticas mais inclusivas, mas ela por si só não é garantia de efetivação dessas práticas. Faz-se preciso que a escola e todos os sujeitos que nela atuem fortaleçam as ações de articulação entre as ações desenvolvidas, para que possam assim produzir práticas produtivas para o contexto educacional atual.

Referências

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e Educação Especial: A sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 59-76, Maio-Ago., 2011, Edição Especial.

BRASIL. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Diário oficial da União, 18 de setembro de 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

CORREIA, Luís de Miranda. **A Escola Contemporânea e a inclusão de alunos com NEE Considerações para uma educação de sucesso**. Coleção Impacto Educacional. Editora: Porto Editora, Porto-Portugal, 2008.

LAGO, Danúsia Cardoso. **Ensino Colaborativo com professoras que atendem alunos com Deficiência Intelectual na rede regular de ensino municipal: uma análise preliminar**. VII

Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial., Londrina, p. 759 – 768, 2011.